

## O Poder de Geração de Renda das Mulheres e o Bem-Estar

por Nanak Kakwani e Hyun H. Son, Centro Internacional de Pobreza

**A maioria das pessoas** pertence a um domicílio (ou família). Elas compartilham de alegria, tristeza, e, de forma mais importante, dos recursos que são gerados pelos membros do domicílio. A grande maioria das atividades econômicas tem lugar no seio dos domicílios. Uma série de decisões sobre a participação da força de trabalho, educação, gastos, poupança, acúmulo de bens, investimentos, casamento e fertilidade são tomadas dentro dos domicílios. O que se passa dentro dos domicílios afeta crucialmente o crescimento, distribuição de renda e a pobreza num país.

A maior parte da análise econômica pressupõe que um domicílio seja uma única unidade de decisão na qual todos os indivíduos têm as mesmas preferências. Supõe-se que as decisões no seio do domicílio sejam tomadas de tal maneira que todos os indivíduos dentro do domicílio gozem do mesmo nível de bem-estar. Mas aqui estamos supondo demais.

Numerosos estudos demonstram que existe uma privação sistemática das mulheres face aos homens em muitas sociedades (Dreze e Sen, 1989). O próprio fato de que exista violência doméstica contra as mulheres em muitos domicílios indica que modelos de decisão unitária são irrealistas.

É amplamente sabido que a probabilidade de sobrevivência na Ásia Meridional é mais elevada entre crianças do sexo masculino do que entre crianças do sexo feminino. Isso sugere que os domicílios tratam as crianças do sexo masculino de forma diferente das crianças do sexo feminino no que diz respeito à alocação de recursos. A este respeito, a história que Sen nos conta, de um grande número de “mulheres desaparecidas” na Ásia e na África do Norte como resultado de considerações de gênero na distribuição dos cuidados de saúde, alimentos e outras necessidades é realmente muito esclarecedora.

Existe agora uma crescente ênfase em modelos de negociação dos relacionamentos no seio dos domicílios. A principal idéia por trás desses modelos é que o poder de negociação relativo dos homens e das mulheres, em última instância, afete a distribuição do consumo não só entre homens e mulheres, mas também entre adultos e crianças e entre meninos e meninas.

Verificou-se que conforme aumentem as contribuições das mulheres para aumentar a renda monetária doméstica, elas se tornam mais capazes de influenciar a forma como os recursos do domicílio são alocados. A razão é que o seu maior potencial gerador de renda lhes dá maior poder de negociação.

As mulheres geralmente contribuem para o bem-estar do domicílio por meio dos trabalhos que não são remunerados, em sua maioria realizados em casa. Sua contribuição monetária para a renda da família é geralmente inferior àquela dos homens. Isto pode ser devido ao fato de que elas têm menos oportunidades para conseguir trabalho fora e emprego remunerado. Fatores culturais realmente desempenham um papel importante na determinação de quem faz quanto de trabalhos domésticos.

O trabalho doméstico não remunerado das mulheres pode ser de fundamental importância na determinação do bem-estar do domicílio, mas infelizmente ele não obtém tanto reconhecimento como um trabalho remunerado. De forma a obter tal reconhecimento, muitos estudos recentes estão defendendo a inclusão de um valor

imputado do trabalho não remunerado das mulheres na construção das contas nacionais (vide, por exemplo, Levy Institute-UNDP, 2005). Mesmo que as mulheres fossem capazes de alcançar o reconhecimento oficial do seu trabalho, seu poder de barganha dentro do domicílio ainda iria provavelmente ser inferior ao dos homens, se não forem capazes de fazer contribuições monetárias para o conjunto dos recursos do domicílio.

A contribuição das mulheres para a prosperidade doméstica a partir de atividades remuneradas de fora é o fator mais importante na determinação da sua privação relativa e absoluta. A pesquisa tende a confirmar esta tese. A nossa própria pesquisa mostra que em um país com renda média, como o Brasil, a contribuição das mulheres à geração de renda domiciliar pelo trabalho é de menos de metade da dos homens, não obstante o fato de que as mulheres têm mais anos de escolaridade em comparação com os homens. Assim, a escolaridade por si só não explica a disparidade entre os dois. Os outros fatores que desempenham um papel importante na força de trabalho são taxa de participação na força de trabalho, taxa de emprego, produtividade do trabalho, horas de trabalho e renda não provenientes de trabalho. Existem disparidades entre homens e mulheres no que diz respeito a todos estes fatores.

Ainda que as mulheres tenham tanto para oferecer no trabalho como os homens, geralmente elas são impossibilitadas de desempenhar um papel ativo no mercado de trabalho porque elas enfrentam muitos obstáculos dentro e fora do domicílio. Algumas destas limitações poderiam ser eliminadas pelas políticas do governo com o objetivo de tornar o mercado de trabalho menos discriminatório. Tais políticas poderiam aumentar globalmente o bem estar da sociedade e teriam um impacto mais direto sobre o reforço da emancipação das mulheres do que as ações que busquem o reconhecimento do trabalho não remunerado nas estatísticas oficiais.

#### Referências:

Dreze, J. e Sen, A. (1989), *Hunger and Public Action*, Oxford: Clarendon Press.

Levy Institute-UNDP, *Unpaid Work and the Economy*, Conference Proceedings, 2005 <<http://www.levy.org/undp-levy-conference>>.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:

[www.undp-povertycentre.org](http://www.undp-povertycentre.org)